

HIATOS ENTRE AS PESQUISAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS SOBRE OS CIGANOS

Gaps between theoretical and empirical research about gypsies

Flávia Marcarine Arruda

Arquiteta e Urbanista. Mestra pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.

RESUMO. Este ensaio compara as teorias apresentadas pelas pesquisas teóricas com as observações expostas pelas pesquisas empíricas em relação à diáspora dos ciganos pelo mundo, desde a origem até a chegada ao Brasil, e às diferentes nomenclaturas e subdivisões empregadas para se referir a eles. Apresenta-se aqui, de um lado, o que as pesquisas teóricas versam sobre o tema através de um panorama da história dos ciganos com suporte bibliográfico nos principais autores, e de outro, o que as pesquisas empíricas indicam, a partir das etnografias com ciganos e nas observações em campo nos acampamentos ciganos que acompanho na Região Metropolitana de Vitória desde 2016. Pretende-se, assim, tencionar e refletir sobre os hiatos entre esses dois modos de construção da ciganologia.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos. Historiografia cigana. Ciganos no Brasil. Ciganologia.

ABSTRACT. This essay compares the theories presented by theoretical research with the observations made by empirical research on the gypsies's diaspora throughout the world, from the origin to the arrival in Brazil, and the different nomenclatures and subdivisions used to refer to them. It is presented here, on the one hand, that the theoretical researches deal with the subject through an overview of the history of the gypsies with bibliographical support in the main authors, and on the other, what the empirical research indicates, from the ethnographies with gypsies and on field observations in the gypsy camps I have been following in the Metropolitan Region of Vitória since 2016. It is intended, therefore, to stress and reflect on the gaps between these two modes of construction of the ciganology.

KEYWORDS. Gypsies. Gypsy historiography. Gypsies in Brazil. Gypsyology.

INTRODUÇÃO

Por onde passavam, os ciganos despertavam curiosidade em relação à sua origem e nacionalidade, e por serem ágrafos, isto é, não terem sua história expressa na forma escrita, a tarefa de reconstruir historicamente a sua origem teria ficado a cargo dos estudos teóricos empregados por não-ciganos.

Segundo definição da Organização das Nações Unidas (ONU), os ciganos são um grupo heterogêneo distribuídos em diferentes países e sob condições sociais diversas, unidos por raízes históricas e linguísticas comuns. Assim, não constituem um grupo religioso nem uma nacionalidade, mas sim uma identidade étnica (CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS, 2016, p. 5).

A curiosidade sobre essa origem marcou o início dos estudos ciganos na Europa. No século XV, já haviam crônicas e relatos de viajantes sobre os ciganos, mas esses ainda não se configuravam como uma ciganologia¹. É no final do século XVIII, a partir do movimento Iluminista, que o estudo sobre ciganos adquire caráter científico com as primeiras pesquisas linguísticas, que hoje conta com uma vasta produção em termos de bibliografias científicas, que teriam se encarregado de responder as perguntas: que língua era aquela que falavam? E de onde teriam vindo? (BASTOS, 2012, p. 7).

Esses estudos ciganos foram empregados de dois modos distintos: de um lado teorias desenvolvidas a partir de investigações teóricas e bibliográficas e de outro lado aquelas teorias resultantes de estudos empíricos que lidaram diretamente com ciganos. A fim de tencionar esses dois modos e abrir uma reflexão sobre os hiatos entre essa dupla perspectiva, neste ensaio primeiramente expõe-se o que os estudos teóricos e os estudos empíricos versam sobre a trajetória dos ciganos pelo mundo, desde sua origem até a chegada ao Brasil, e em um segundo momento, o que esses estudos abordam sobre as diferentes nomenclaturas e subdivisões empregadas para se referir aos ciganos. As teorias apresentadas são resultado de um levantamento bibliográfico dos principais autores sobre o tema, além das observações em campo nos acampamentos ciganos que acompanho na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, desde 2016. Ao final da primeira e da

¹ “Ciganologia” é o termo adotado aqui para referir-se aos estudos ciganos empregados por pesquisadores acadêmicos.

segunda parte do texto são apresentadas análises comparativas entre esses dois modos de construção da ciganologia (teórico e empírico).

ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS CIGANOS PELA ÓTICA DOS ESTUDOS TEÓRICOS E DOS ESTUDOS EMPÍRICOS

Apesar da ausência de documentos históricos que comprovem a origem dos ciganos, a abordagem mais aceita pela ciganologia é de que teriam se originado da Índia, na região noroeste, Punjab, e depois se dispersado pelo Ocidente. As pesquisas em torno da origem dos ciganos começam em 1760, quando um linguista húngaro, Vályi Stefán, estudante de teologia da Universidade de Leiden na Holanda, notou semelhanças entre a língua romani, falada por ciganos da sua terra natal, Győr, na Hungria, e o sânscrito da Índia, falado por três estudantes da mesma universidade (HANCOCK, 1992; GUIMARAIS, 2012). A partir desta constatação, estudos linguísticos comprovaram a aproximação lexical e sintática entre a língua falada pelos ciganos e aquela comum no noroeste da Índia (GALDI, 1982).

Tempos antes de se compreender a origem da língua cigana, outros autores já haviam introduzido esse campo de investigação. O geógrafo Sebastián Münster no início do século XVI já havia se interessado pelo modo como os ciganos falavam e dedicou um capítulo do seu livro “Cosmografia Universal”, mesmo ainda sem saber que se tratava de uma outra língua. Em 1542, o erudito André Borde publica um pequeno manual de conversação em língua cigana e em 1597 Bonaventura Vulcanius incluiu em sua obra um glossário com mais de 70 palavras ciganas. Esses testemunhos literários contribuíram como pistas para a procedência de pesquisas linguísticas até a constatação da relação do romani com a origem indiana (LIÉGEOIS, 1988).

A língua romani encontra-se no subgrupo linguístico índico, falado no norte da Índia e Paquistão, e este subgrupo tem como fonte o sânscrito védico. Não é uma língua homogênea e possui vários dialetos, com aproximadamente 60 tipos só na Europa (DURANTE, 2014, p. 29-30). Assim como o romani, outras línguas faladas na Índia, como o hindi, bengali, panjabi, rajastani, também são parentes do sânscrito, sendo a proximidade maior entre o romani e o hindi (LIÉGEOIS, 1988, p. 36).

A teoria linguística teria se espalhado após a divulgação de pesquisadores alemães com a publicação de 1771 de Christian Büttner e, a mais conhecida, de Heinrich Grellmann, em 1783 (MOONEN, 2013). Grellmann examinou o idioma falado por ciganos na Alemanha, Transilvânia e Hungria e constatou certo número de palavras em comum com palavras provenientes da Índia (LIÉGEOIS, 1988, p. 35). As teorias de Grellman e uma visita a um acampamento cigano teriam contribuído para a pesquisa de John Hoyland, que resultou na primeira publicação em inglês sobre os ciganos datada de 1816 (OKELY, 1983). Vários outros autores se debruçaram sobre a pesquisa linguística, sendo Pott o primeiro a comprovar de modo rigoroso a origem indiana do romani, e concluir que antes da dispersão, falavam só uma língua (LIÉGEOIS, 1988, p. 36).

Desde então, os estudos ciganos se disseminaram e, em 1888, foi fundada, na Inglaterra, uma associação internacional de estudos ciganos, a Gypsy Lore Society, que uniu pesquisadores interessados na história e costumes ciganos e institucionalizou os estudos ciganos, tendo como publicação inaugural o livro “Os Ciganos em Portugal” de Adolfo Coelho datado de 1892. Em 1989, essa associação passa a ser sediada nos Estados Unidos e continua a organizar encontros anuais e publicações de periódicos, compilados no catálogo “100 years of gypsy studies: papers from the 10th Annual Meeting of the Gypsy Lore Society” de 1988 (SALO et al., 1990).

No Primeiro Congresso Mundial Rom, um congresso internacional para discutir questões relacionadas aos ciganos, ocorrido em Londres no dia 8 de abril de 1971, ficou definido que a Índia seria considerado o local de origem dos ciganos. Neste Congresso também adotaram uma bandeira única para todos os ciganos, escolheram a música *Gelem Gelem* como um hino e a denominação “Rom” em vez de “ciganos” (OKELY, 1983). A bandeira cigana foi inspirada na bandeira da Índia, na qual a listra azul representa os valores espirituais, a listra verde os valores materiais e, ao centro, a roda de 16 raios simboliza os clãs (OLIVEIRA, 2013, p. 93). De acordo com Moonen (2013, p. 138) a listra azul simboliza o céu, a verde simboliza a terra e o elemento central vermelho simboliza uma roda de carroça e o nomadismo.

A teoria da origem cigana indiana também foi reconhecida pela Índia e foi difundida após a aproximação da Iugoslávia do presidente Josip Broz Tito, cargo que exerceu de 1953 até 1980, com a Índia sob o governo do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru exercido de 1947 até 1964 (GUIMARAIS, 2012). Oficialmente a Índia se assumiu como

pátria-mãe dos ciganos após a declaração da primeira-ministra Indira Gandhi no Segundo Congresso Mundial Rom realizado em 1978 (MOONEN, 2013).

Há também várias outras hipóteses sobre a origem dos ciganos, que sugerem as rotas de migração através das variações do idioma dos ciganos e que poderiam indicar por onde passaram (GUIMARAIS, 2012). Em 1936, Martin Block afirma que o número de palavras estrangeiras adotadas no romani seriam proporcionais ao tempo de estadia nos diferentes países, e seria possível identificar palavras do grego medieval, e de países como Armênia, Hungria, Romênia (LIÉGEOIS, 1988, p. 37).

São inúmeras as teorias sobre a origem dos ciganos, e se organizarmos em uma linha temporal, a origem mais antiga seria explicada por uma “pré-história” dos ciganos. O padre italiano Renato Rosso, um dos fundadores da Pastoral dos Nômades do Brasil, que viveu com ciganos em vários países, como Itália, Brasil, Índia, sugere uma “pré-história” dos ciganos. Segundo ele, já em 2000 a.C. nômades arianos do sul da Rússia teriam migrado em direção à Índia, e em 1750 a.C. outro grupo de nômades, os arameus, viajavam pela Síria, Palestina e Egito. Em 1700 a.C. o líder Abraão seria considerado o patriarca dos ciganos e também dos judeus. A partir de tal teoria, os ciganos teriam uma origem de raiz indiana e outra de raiz no Oriente Médio (CARVALHO, 1989).

Segundo Renato Rosso, a migração dos ciganos a partir da Índia já teria se dado em 500 a.C., quando um rei persa pediu que viessem da Índia saltimbancos para alegrar o povo, que acredita serem ciganos, pois eram músicos talentosos, nômades, que trabalhavam com metais e viviam em barracas. A migração nesse caso é explicada pela condição do rígido sistema de castas hindu, no qual os ciganos pertenceriam à casta mais baixa e por isso teriam preferido deixar a Índia (CARVALHO, 1989).

Similar à teoria de Renato Rosso, Galdi (1982) indica que uma das emigrações de ciganos da Índia teria acontecido por volta do ano 420 a.C. a convite do monarca persa Bahram Gur, na qual 12 mil Luri ou Luli (nômades músicos que se acredita serem ciganos) da Índia teriam sido convidados para que animassem seus súditos com música. Esse evento foi registrado na passagem do “Livro do Rei” (texto não-europeu datado como o mais antigo a citar os ciganos), do poeta persa Firdusi escrito em 1011 d.C., no qual narra o episódio na qual os Luri teriam sido presenteados pelo monarca com trigo, gado e asno, em troca de tocar música para os seus súditos, mas se foram andar errantes pelo mundo.

Luli ou luri é um adjetivo persa, no sentido figurado, que designa pessoa alegre, músicos e cantores. O outro documento que narra a mesma história data de 940 d.C., escrito pelo historiador árabe Hamza de Ispahán, utilizando a palavra Zot em lugar de Luri (LIÉGE-OIS, 1988, p. 32-33).

Bastos (2012) organiza cinco principais teorias que explicam a origem dos ciganos: a teoria da raiz judaica; a teoria da continuidade entre o nomadismo na Índia e o nomadismo na Europa; a teoria da escravização muçulmana de populações urbanas; a teoria dos trabalhadores imigrantes e a teoria inglesa.

Dentre as teorias apontadas por Bastos, a teoria da raiz judaica data a mais antiga origem dos ciganos, aproximadamente 70 d.C., com a destruição de Jerusalém pelos romanos seguida da diáspora para a Índia. Essa teoria se aproxima das ideias de Renato Rosso, na qual os ciganos teriam uma raiz indiana e outra judaica. Esta teoria é uma especulação, mas se fosse bem fundamentada permitiria compreender melhor a relação entre as perseguições étnicas direcionadas contra judeus e ciganos na Europa, desde a Renascença ao Holocausto (BASTOS, 2012). Essa teoria explicaria o monoteísmo da religiosidade de alguns ciganos, supostamente incompatível com o politeísmo hindu.

Segundo a teoria da continuidade entre o nomadismo na Índia e o nomadismo na Europa, os ciganos seriam povos nômades, denominados como párias, e teriam emigrado do norte da Índia voluntariamente de diferentes regiões e em séculos diferentes por serem amantes da liberdade e das viagens. Essa teoria se fundamenta nas semelhanças, como nas vestimentas e na língua falada, entre os ciganos que permaneceram na Índia, definidos como Lambadi ou Banjari (ESTEVAM, 2006) e aqueles que teriam emigrado para a Europa.

De acordo com Vekerdi (1988), a emigração de ciganos da Índia teria ocorrido no século VII para se livrarem da condição de pertencer a uma casta na qual estavam prescritos a viverem como “parasitas” através de roubos ou entretendo outrem.

Outras pesquisas se ocuparam da investigação sobre a origem dos ciganos através da verificação de estruturas físicas e genéticas para complementar as teorias linguísticas. O antropólogo-físico suíço Eugène Pittard realizou uma pesquisa de mensuração do corpo de ciganos dos Balcãs e constatou serem mais altos que os europeus, com crânio comprido e estreito, e uma indicação de origem indiana. As pesquisas genéticas, a fim de verificar

a origem cigana pela genética, deram-se a partir da década de 40 e também apontaram uma origem indiana dos ciganos (DURANTE, 2014).

A Índia como origem dos ciganos é amplamente aceita pela historiografia cigana, porém para alguns pesquisadores a teoria linguística é considerada insuficiente para afirmar que os ciganos teriam se originado da Índia, já que poderiam ter vivido na Índia sem nunca terem sido indianos ou mesmo terem tido contato com a língua indiana fora da Índia (FRASER, 1995). Segundo Vekardi (1988), os ciganos sempre foram influenciados pelas culturas hospedeiras, então mesmo que exista semelhança com a língua falada ou com as vestimentas indianas, isso pode indicar apenas que estiveram na Índia, mas não que tenham se originado de lá.

Para o pesquisador Donald Kenrick, a partir do seu doutorado realizado em uma universidade do Reino Unido, os ciganos teriam se formado fora da Índia entre os séculos VII e X, na Pérsia, através do casamento entre indianos e persas (GUIMARAIS, 2012; KENRICK, 2004). É ele quem formula a teoria dos trabalhadores imigrantes, em que propõe que os ciganos teriam se formado fora da Índia, entre os séculos VII e X, depois de deixarem a Índia em direção à Pérsia a partir do século III em razão da conquista do Norte da Índia (parte atual do Paquistão) pelo do Xá da Pérsia, Ardashir, que teria a transformado em uma colônia chamada Irão (KENRICK, 1998, p. 13-14). Essa colonização de parte da Índia teria facilitado o deslocamento de indianos para a Pérsia. Entre os indianos que migraram para a Pérsia, havia desde camponeses e músicos, até mercadores, que emigraram pela procura de oportunidades de trabalho (BASTOS, 2012). Esses emigrantes teriam casado entre si na Pérsia formando o povo chamado Dom, que mais tarde se consistiria nos Roma.

A teoria da escravização muçulmana de populações urbanas contesta a teoria dos trabalhadores imigrantes e a teoria da continuidade entre o nomadismo na Índia e o nomadismo na Europa, pois em um momento preciso, no início do século XI, a Índia teria sofrido invasões islâmicas e arrastado mais de 50 mil habitantes, incluindo ciganos, para a venda como escravos. As invasões islâmicas foram lideradas pelo sultão Mahmud de Gázni, imperador do Império Gaznévida (HANCOCK, 1999), na qual habitantes de todas as classes sociais teriam sido vendidos para mercadores de escravos da Armênia e dos países do Leste Mediterrâneo. Essa teoria articula-se com a constatação da escravatura dos ciganos que se estendeu durante cinco séculos nos Principados do Leste Europeu até

finais do século XIX.

A teoria da escravização muçulmana é melhor documentada que a teoria anterior (teoria dos trabalhadores imigrantes), pois converge com as datas das teorias linguísticas de descoberta da língua romani no século XI, enquanto que, segundo a teoria dos trabalhadores imigrantes, os ciganos teriam se formado entre os séculos VII e X, o que não justificaria a formação do romani somente um século depois (BASTOS, 2012). Além disso, essa teoria diverge das outras pois toma partido que a emigração dos ciganos teria sido compulsória e não voluntária.

Segundo a teoria inglesa, os ciganos das Ilhas Britânicas seriam uma mistura de “vagabundos errantes” dos tempos da Peste Negra misturados com ciganos da Índia, o que justificaria a atuação do Governo Britânico de se eximir da responsabilidade de prover direitos jurídicos-sociais aos ciganos ingleses, já que deslegitimaria a origem desses ciganos (BASTOS, 2012).

Além das teorias trazidas por Bastos (2012), outras teorias afirmam que a migração cigana da Índia para a Europa teria sido mais tardia, a partir do século XII, devido às invasões do Império Otomano (MARUSHIAKOVA; POPOV, 1997). Há ainda a versão de que os ciganos teriam emigrado da Índia em 1398 devido à invasão da dinastia Timúrida liderada pelo rei Tamerlão que os teria expulsado de lá, tendo chegado na Europa apenas em 1417 depois de percorrer a Pérsia (MORAES FILHO, 1886, p. 14).

Além das teorias sobre a origem dos ciganos, há aquelas esforçadas em entender as ondas migratórias dos ciganos pela Europa Oriental e Ocidental. As primeiras ondas migratórias até a Europa teriam passado pela Pérsia, Anatólia e Armênia, chegando primeiramente à região balcânica (GUIMARAIS, 2012) devido à ocupação árabe (DURANTE, 2014). Uma parte deles teria cruzado a Ásia menor em direção ao Egito, e a outra parte teria atravessado o Império Bizantino em direção à Grécia. A presença dos ciganos na Grécia é constatada na Ilha de Creta e em outras duas ilhas menores próximas em 1322, e em 1384 em Modon, costa sul da Grécia próximo ao Monte Gype também conhecido como Pequeno Egito (GALDI, 1982).

Alguns autores acreditam que um dos primeiros documentos a registrar a presença dos ciganos na Europa Oriental data de 1050 quando o Imperador de Constantinopla solicitou ajuda do feitiço dos *Adsincani* para matar animais ferozes. Outro documento, do

século XII, refere-se aos *Athinganoi*, grupos de domadores de animais e adivinhadores da sorte e do futuro. Em 1322 um frade franciscano teria escrito sobre grupos na ilha de Creta chamados de *Atsinganoi* que viviam em tendas e praticavam a leitura da sorte. Provavelmente aqueles chamados de *Atsinganoi* referiam-se dos ciganos (MOONEN, 2013; FRASER, 1995) e são palavras derivadas da palavra em grego *Atsingani* que significa “intocáveis”, usadas no Império Bizantino (GUIMARAIS, 2012). Desse termo derivou-se outros como *Zigeuner* em alemão, *Tsiganes* em francês, *Zingari* em italiano e *Cigányok* em húngaro (DURANTE, 2014).

Após um período no Império Bizantino, os ciganos seguiram para a Romênia (nos antigos Principados Unidos da Valáquia e Moldávia), outros para Grécia, Hungria e Europa Ocidental, devido à pressão dos otomanos sobre os Balcãs que impulsionou a migração para a região norte do Danúbio. Existe um certo consenso entre as teorias sobre a primeira grande onda migratória dos ciganos da Europa Oriental para a Europa Ocidental de que teria se dado a partir do século XIV em razão dos conflitos entre cristãos e muçulmanos. Acredita-se que os ciganos teriam aproveitado do contexto de instabilidade para conseguir apoio de Papas, de Imperadores e de outros aristocratas, ao se assumirem como católicos, em nome de uma hipotética peregrinação a Santiago de Compostela, em grupos de centenas de ciganos liderados por chefe de aparência aristocrata que se apresentava como um duque ou conde (BASTOS, 2012). No século XV, um grupo de ciganos que cruzava a Itália em direção a Roma carregava uma carta de recomendação assinada pelo Papa Martín V, mas não se sabe se a carta era falsa, porém, de todos os modos, eram considerados com respeito por onde chegassem com essa carta (LIÉGEOIS, 1988, p. 41).

Em 1425 na Península Ibérica é quando se tem o primeiro registro da presença de ciganos na Espanha, em Saragoza (GUIMARAIS, 2012). Ao longo do século XV foi conferida uma receptividade positiva àqueles ciganos recém-chegados na Europa Ocidental que se apresentavam como peregrinos católicos que se dirigiam a Santiago de Compostela. Porém, depois de desmentida essa apresentação, começaram as constantes perseguições que visavam o genocídio cigano, seja pela extinção física ou pela assimilação dos costumes (BASTOS, 2012). Apesar de autores considerarem que a armação dos ciganos como católicos seria uma estratégia para conseguir apoio, Liégeois (1988) considera possível que ciganos tenham se convertido ao cristianismo com o Império Bizantino.

Outro dos primeiros registros dos ciganos na Europa Ocidental é datado de 1505,

durante o reinado do James IV na Escócia. Os primeiros ciganos presentes por aquela região eram associados a práticas exóticas e esotéricas, como a leitura da sina, tendo sido contratados por James V para dançar no Palácio de Holyrood em 1530 (OKELY, 1983).

A segunda grande onda migratória dos ciganos da Europa Oriental para o Ocidente aconteceu com o fim da escravidão dos ciganos na Romênia no final do século XIX, que se dirigiram para as Américas, Rússia e Portugal. Na Valáquia, província histórica da Romênia, e na Moldávia os ciganos se tornaram escravos devido ao sistema escravagista herdado dos tártaros e à falta de mão de obra local. As leis abolicionistas só foram criadas em 1855, e desde a segunda metade do século XV os ciganos eram os únicos escravos na Romênia, e por isso o termo “cigano” era o mesmo empregado para designar “escravo”. Como 1/3 da população cigana encontrava-se na Romênia, após a abolição da escravidão cigana, houve um grande movimento migratório, que ficou conhecido como a “grande invasão kalderash” de ciganos na Europa Ocidental e nas Américas, como no Brasil (GUIMARAIS, 2012).

A historiografia brasileira dos ciganos no país começa com as publicações pioneiras de três autores: Mello Moraes Filho, José Baptista d’Oliveira China e João Dornas Filho. Mello Moraes Filho primeiro publica o livro “Cancioneiro dos Ciganos” em 1885, uma coletânea de poesias dos ciganos Calons do Rio de Janeiro, e depois lança o livro “Ciganos no Brasil” em 1886. João Batista China trata dos ciganos no seu livro “Os Ciganos do Brasil” publicado em 1936, e João Dornas Filho publicou um artigo “Os ciganos em Minas Gerais”, no qual reuniu relatos policiais de jornais mineiros com narrativas envolvendo os ciganos em casos de roubos e assassinatos (MOONEN, 2011). Esses estudos pioneiros deram suporte bibliográfico para publicações posteriores, como a dissertação de mestrado em História na UFMG de Rodrigo Corrêa Teixeira, publicado como livro em 2009 sob o título “Ciganos no Brasil: uma breve história”.

O anticiganismo – medidas de hostilização aos ciganos – oficializa-se em Portugal a partir de 1514 através da legislação que proibia a entrada de ciganos (GUIMARAIS, 2012). As documentações indicam que os primeiros ciganos teriam chegado ao Brasil em 1574 vindos de Portugal (COELHO, 1892; TEIXEIRA, 2009). A primeira família cigana teria vindo para o Brasil após a prisão do cigano João Torres devido à proibição da presença de ciganos na região do Alentejo. Depois da prisão, o próprio João teria pedido a comutação da pena pelo degredo para o Brasil junto com sua mulher Angelina e seus

filhos, pois considerava inabilitado para cumprir a pena que havia sido condenado de trabalhar remando nas galés. Teixeira (2009) acredita que apesar do documento anunciar a deportação datada como os primeiros ciganos no Brasil, não se sabe se eles embarcaram, porque pode ter sido pago um suborno, e se embarcaram, não se sabe onde e nem quanto tempo permaneceram no Brasil. Também há a possibilidade de que outros ciganos tenham chegado antes dele, porém não há documentação a respeito.

Em 1686 teria começado a deportação de ciganos portugueses para o Brasil, e posteriormente, o desterro generalizado dos ciganos para as colônias ultramarinas, inclusive para o Brasil, a partir do reinado de D. João V (1706-1750), com o decreto de 1718, que estabelecia a política de expulsão dos ciganos e a proibição do uso de sua língua, sob a justificativa que cometiam furtos ou práticas místicas como a leitura da mão, consideradas realizações demoníacas que deviam ser extintas (SILVA, 2006; MORAES FILHO, 1886).

O preconceito aos ciganos não estava relacionado somente a uma justificativa étnica, mas sobretudo à questão religiosa cristã que classificava os ciganos como infiéis. A Igreja Católica Ibérica propagava a ideia de que os ciganos não tinham a “pureza do sangue” e eram uma raça inferior. Havia então, uma construção doutrinária para subjugar e controlar os ciganos (GUIMARAIS, 2012).

A vinda dos ciganos durante a colonização do Brasil, além de ser consequência de políticas de punição aos ciganos, também foi uma forma que a metrópole portuguesa encontrou para estimular a povoação de áreas inóspitas, como a capitania do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, assim como para conseguir mão de obra barata. Apesar de a metrópole considerar os ciganos como perigosos, os preferiam do que os índios, e esperava-se que os ciganos povoassem terras indígenas (GASPAR, 2017s/d).

O modo de vida dos ciganos, desde a sua chegada, esteve em dissonância com os padrões difundidos, o que gerou a tentativa das autoridades de tentar controlá-los sob a justificativa de serem inúteis à sociedade e supersticiosos. As medidas públicas em relação aos ciganos no Brasil percorriam desde formas de assimilação da cultura cigana até seu extermínio. Uma das medidas impostas por D. João V era a proibição do uso da língua habitual dos ciganos sob ameaça de penalidades (TEIXEIRA, 2009).

No final do século XVII, após o descobrimento de ouro, os ciganos teriam chegado em Minas Gerais. Com a descoberta do ouro no Brasil, a Coroa Portuguesa passa a controlar a vinda de estrangeiros, e os ciganos são uns dos que teriam a entrada negada por serem acusados de envolvimento com furtos e roubos em regiões auríferas. Aos ciganos já presentes no Brasil, houve uma perseguição e uma operação de usurpação dos seus bens sob a justificativa de serem provenientes de roubos.

Desde o início do século XVIII é certa a presença de ciganos que se destacaram economicamente e diversos ciganos se tornaram ricos, seja com a comercialização de escravos, no ofício de meirinhos (houve uma época que a maioria dos oficiais de justiça do fôro do Rio de Janeiro eram ciganos) ou como dançarinos contratados em festividades reais após a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Foi no Rio de Janeiro o momento de maior aceitação dos ciganos por parte da Corte desde a chegada no século XVI (TEIXEIRA, 2009).

O ápice dos confrontos entre ciganos e não-ciganos aconteceu no final do século XIX e início do século XX conhecido como “correria de ciganos”, nas quais grandes movimentações em fuga dos ciganos resultavam em tiroteios com policiais e mortes de ambos lados. Essas correrias aconteceram sobretudo em Minas Gerais e um dos motivos foi porque os policiais consideravam os ciganos como perturbadores da ordem, um incômodo para as elites locais, pois eram acusados de roubos e de corromperem costumes.

A teoria sobre a “correria dos ciganos” se justifica pelo gradativo desmantelamento do escravismo no Brasil, com o fim do tráfico negreiro (1850) e a abolição da escravatura em 1888, que teve um impacto na vida dos ciganos, já que o comércio de escravo era uma das principais atividades econômicas dos ciganos. Se no início do século XIX os ciganos teriam vivido o seu auge, sobretudo no Rio de Janeiro, a crescente introdução de mão de obra assalariada teria feito os ciganos migrarem para o território mineiro, onde às vésperas da abolição houve um aumento da população escrava na Zona da Mata (TEIXEIRA, 2009).

Outro motivo que teria feito os ciganos migrarem para o território mineiro foi a crise das atividades das lavouras de cana de açúcar no Nordeste e o êxodo da população para a região centro-sul, então, por isso os ciganos caldeireiros também teriam migrado. Além disso, a vinda de imigrantes europeus, desde os anos 1870, para compor a mão de

obra assalariada, englobou a vinda de ciganos Rom, que nada se pareciam com os ciganos Calons, e teria levado a conflitos com policiais.

Nota-se que a maioria da historiografia cigana tende a tratar a migração cigana por uma visão baseada em um caminho linear com uma única direção e um único ponto de partida, porém os caminhos ciganos se construíram na medida do caminhar e por várias ondas migratórias (SILVA, 2006). A descrição da história da trajetória cigana de forma uniforme também é contestada por outros autores, visto que essa trajetória engloba um recorte temporal e geográfico bastante extenso, além de não ter sido escrita pelos próprios ciganos (FIENBORK; MIHÓK; MÜLLER, 1998).

Apesar de haver várias teorias para explicar as origens e as migrações ciganas, os estudos ciganos teóricos se restringem a adotar apenas um trajeto linear, como se todos os ciganos fossem descendentes de um mesmo núcleo comum. Tal postura reforça a ilusão de haver uma unidade e homogeneidade na constituição dos ciganos e não contribui para uma reavaliação do preconceito sobre os ciganos, ainda existente, na medida em que abre margens para a generalização.

Apesar dos ciganos europeus Rom adotarem a Índia como o local de origem dos ciganos, como foi determinado no Congresso mundial Rom, no Brasil, as pesquisas empíricas trazem outra perspectiva dos ciganos.

Em pesquisa empírica com um grupo de ciganos em Sousa (Paraíba), Goldfarb (2010, grifo nosso) cita a fala de um cigano: “[...] o cigano é filho natural do Egito, todos os ciganos”. Verifica-se nessa fala, apesar de uma crença pela origem comum, uma outra ideia de terra natal que se diferencia da Índia. Semelhantemente, alguns ciganos de Cariacica, na Região Metropolitana de Vitória, alegaram não saber da origem, e outros disseram que acreditam ser originados do Egito e desconhecem a teoria que teriam vindo da Índia.

Uma outra cigana, da Região Metropolitana de Vitória, disse que não teria como saber da origem dos ciganos, porque eles são igual “morcego, uma hora está ali e outra hora já está em outro lugar”. Origem, no sentido empregado por esta cigana, não diz respeito a um ponto de partida comum, mas às diversas rotas por onde os ciganos circularam. Na pesquisa com os ciganos Calon da região de São Paulo, Florencia Ferrari (2010, p. 258) também se questiona sobre a concepção do que seria “origem” para os ciganos. Ao

perguntar da origem para algum deles, a resposta foi “Nós vêm de Guaíra”. “Origem”, nesse caso, refere-se ao último lugar de permanência, e não a noção do lugar dos seus ancestrais e nem ao local onde nasceu.

Apesar das inúmeras teorias desenvolvidas pelas pesquisas teóricas, as pesquisas empíricas demonstraram que os ciganos têm suas próprias teorias sobre a sua origem, e até mesmo uma noção própria do que seria considerado como “origem”. Muitos ciganos desconhecem essas teorias e não consideram a Índia como sua terra natal, o que demonstra um hiato entre o que os estudos teóricos propõem abordar e o que é difundido pela oralidade cigana acessado nos trabalhos empíricos. Além disso, a origem indiana não é suficiente para entender como os ciganos pensam sua cultura. Tal desentendimento aparece explicitamente na fala do Cigano Coronel, no seu livro publicado em parceria com a Universidade Federal da Paraíba:

Durante muito tempo pesquisadores e escritores pesquisaram sobre a vida desse povo misterioso. Alguns escreveram, mas muitas coisas escritas por eles não “compatisa” com a verdadeira história que vocês vão poder conhecer. Os leitores vão se surpreender ao ler este livro que fala sobre costumes e tradições milenar que vem passando de geração para geração (FIGUEIREDO, 2012, p. 10).

Apesar do esforço da historiografia em entender a origem dos ciganos, essa informação não deve ser considerada como o único caminho, mas sim apenas como um caminho suplementar, para entender quem são os ciganos hoje.

NOMENCLATURA E SUBDIVISÕES DOS CIGANOS PELA ÓTICA DOS ESTUDOS TEÓRICOS E DOS ESTUDOS EMPÍRICOS

Durante a migração dos ciganos para a Europa Ocidental no século XV, estes teriam se apresentado como originados do “Pequeno Egito”, como era conhecido o Monte Gyppe na Grécia. Os europeus confundiram o Egito da África com essa região da Grécia, o que explica a origem do vocábulo “cigano”, pois passaram a ser chamados de “egípcios” ou “egitanos”, ou *gypsy* (em inglês), *gitano* (em espanhol), *grecianos* (no espanhol antigo), *gitan* (francês), *egyptier* (holandês antigo) e ciganos em português (MOONEN, 2013, p. 9). No português, o termo “ciganos” aparece registrado pela primeira vez em 1521 na peça teatral “A farsa das ciganas” de Gil Vicente (TEIXEIRA, 2009).

Segundo o pesquisador Marcel Courthiade, os primeiros ciganos chegados na Europa sabiam da origem indiana e, por isso, só posteriormente o mito da origem egípcia teria começado a circular (COURTHIADE, 2004, p. 105 apud GUIMARAIS, 2012, p. 17). Deve-se ter em mente que, durante o período considerado como a origem dos ciganos até o início do emprego do vocábulo “cigano” na Europa, não se utilizava essa denominação nem pelos ciganos e nem pelo não-ciganos.

Inicialmente, o termo “cigano” foi formulado por não-ciganos, mas, posteriormente, é apropriado pelos próprios ciganos. Além das teorias sobre as emigrações da Índia, há também pesquisas de ciganólogos sobre aqueles que permaneceram na Índia, que recebem as denominações de *Lambadi* ou *Banjari* (ESTEVAM, 2006).

Há outras denominações genéricas para os ciganos, que não possuem relação com a suposta origem grega ou egípcia, como na França, que passou a adotar vocábulos *romanichel*, *manouches* ou *boémiens* (MOONEN, 2013). O termo “*boémiens*” se justifica porque alguns ciganos teriam se unido a alguns fugitivos da Boêmia durante a guerra dos Hussitas. Outras teorias indicam que o termo “cigano” seria uma variação de Zangui, uma província entre a Etiópia e Egito, nas margens do Rio Nilo, onde teriam vivido depois de emigrarem da Índia (MORAES FILHO, 1886).

Na Europa, alguns ciganos se denominam como Rom ou Roma (no plural), um termo oriundo do termo indo-ariano “doma” ou, na pronúncia moderna, “rhom” (VEKERDI, 1988), que significa “homem”. Também utilizam a variação com a grafia com o “r” duplicado, “Rrom” ou “Rroma”, e o termo “romani” é empregado como adjetivo (GUIMARAIS, 2012). Proveniente do termo “rom”, na Armênia, usam o vocábulo “lom”, e na Síria, o termo “dom” (ESTEVAM, 2006). Tal termo confere maior autenticidade aos Rom e a língua romani em detrimento das outras subdivisões ciganas. Nas primeiras literaturas europeias sobre os ciganos não constam como estes se autodenominavam e prevaleceram os vocábulos que os europeus deram a estes migrantes considerados misteriosos.

Fonseca (1996), jornalista norte-americana que conviveu com ciganos da Europa Centro-Oriental, subdivide os ciganos de acordo com a ocupação profissional ou com a origem geográfica: Kalderashi (caldeireiros), Lovara (negociantes de cavalos), Ursari (treinadores de ursos), Matchiwaia (da Iugoslávia).

Há uma enorme diversidade cultural dentro do grupo dos ciganos e há vários modos de subdivisões. As subdivisões em três grandes grupos para distinguirem os ciganos do Ocidente - Calon, Rom e Sinti - apontam para a língua falada e a origem europeia. Os Calon, que falam a língua caló, migraram, voluntariamente ou compulsoriamente, da Península Ibérica para a América no século XVI. Já o grupo Rom é o demograficamente mais abundante e se encontra distribuído em um número maior de países em relação aos outros dois grupos, Calon e Sinti. Os Rom teriam migrado para as Américas na primeira metade do século XIX, oriundos da Europa Central e dos Balcãs, e falam o idioma romani.

O fim da escravidão cigana na atual Romênia, em 1865, também teria contribuído para a vinda dos ciganos Rom ao Brasil, como Jan Nepomusky Kubitschek, bisavô do Juscelino Kubitschek (TEIXEIRA, 2009). Já os Sinti ou Manouch, cuja língua é o sintó, migraram da Alemanha, Itália e França para a América no século XIX (TEIXEIRA, 2009).

No Brasil, os ciganólogos brasileiros também empregam a subdivisão dos ciganos no Brasil entre Calon, Sinti e Rom, porém, algumas pesquisas empíricas mostraram que os ciganos as desconhecem e utilizam subdivisões a seu próprio modo, determinados pela origem dentro do território brasileiro.

A dissertação de mestrado da Ana Katia Pinto (2010) menciona as seguintes subdivisões adotada por um grupo de ciganos do Espírito Santo: nortista, mineiro, carioca, gaúcho, em que cada um corresponde a qual estado brasileiro nasceu, e nortista refere-se aqueles ciganos nascidos no Nordeste. Essa forma de subdividir através de qual estado são provenientes também é notada nos ciganos da região metropolitana de Vitória, e subdividem os ciganos entre nortistas ou baianos, mineiros, serranos (aqueles nascidos no município da Serra no Espírito Santo), cariocas e gaúchos. Já o cigano paraibano Figueiredo (2012, p. 15) subdivide os ciganos entre nordestinos e “ciganos gringos”, isto é, aqueles que se encontram fora do Nordeste.

Não só a historiografia, mas a própria forma adotada pela ciganologia para nomear e subdividir os ciganos foi realizada de maneira exógena e as vezes há uma incompatibilidade entre o que tem sido dito no campo teórico e o modo como os ciganos se autodenominam e conhecem sua própria história. Enquanto as teorias relacionam a origem do termo “cigano” com o Pequeno Egito, em entrevista, um cigano explica a sua hipótese:

“A gente já tem o nome de cigano, porque cigano é de *seguir*, né?” (MEDEIROS; BASTISTA, 2015, p. 214, grifo nosso).

Independentemente de essas incompatibilidades serem compartilhadas pela maioria dos ciganos ou não, elas existem e precisam ser consideradas para avaliar qual caminho a ciganologia tem tomado e para quê e para quem ela se direciona, na medida em que desconsideram as categorias ciganas e as sobrepõem com categorias genéricas, as quais não consideram a especificidade entre os ciganos. A abordagem historiográfica das pesquisas teóricas não deve ser desconsiderada nos estudos ciganos, no entanto, é importante ressaltar seu uso como uma informação suplementar. Lévi-Strauss, em “História e etnologia” (2008), esclarece que a história não bastaria para prosseguir com um estudo minucioso de como as culturas operam e nem esclareceria porque alguns fenômenos culturais permanecem e outros não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas teóricas da ciganologia de cunho historiográfico têm como método a consulta de arquivos e documentos sobre os ciganos, enquanto as pesquisas empíricas atuam de forma participante, inserindo-se em campo com os ciganos. Entre essas duas formas de atuação da ciganologia há divergências nas quais o modo como os teóricos representam os ciganos nem sempre correspondem ao modo como alguns ciganos versam e enxergam sua própria história.

A ciganologia surge na Europa no século XVIII e está interessada em estudar a trajetória cigana desde sua origem até a dispersão. Mesmo com várias teorias para explicar as origens e as migrações ciganas, os ciganólogos tendem a adotar apenas um trajeto linear, como se todos os ciganos fossem descendentes de um mesmo núcleo comum. Tal postura reforça a ilusão de haver unidade e homogeneidade na constituição dos ciganos e não contribui para uma reavaliação do preconceito sobre os ciganos, na medida em que abre margens para a generalização.

O discurso genérico e a historiografia que não considera várias ondas migratórias tendem a atribuir aos ciganos características comuns a todos e desconsideram as variações regionais, que tornam incoerente a sua classificação dentro um grupo único.

Muitos ciganos desconhecem todas essas teorias e não consideram a Índia como sua terra natal, o que demonstra uma incompatibilidade entre o a ciganologia propõe abordar e o que é conferido em trabalhos etnográficos. O próprio interesse em saber quem são os antepassados dos ciganos é externo a eles, e muitos deles não têm nem ideia dessa origem e nem se importam em saber (MOONEN, 2013). A noção de “origem” histórica empregada pelos estudos teóricos e aquela sugerida pelos ciganos também apresentam divergências, pois estes contestam a definição de origem como um único ponto de partida.

Outra incompatibilidade também está presente nas subdivisões dos ciganos que a ciganologia adota e são desconhecidas por alguns ciganos que empregam subdivisões a seu próprio modo. Mesmo que os autores admitam a existência de subdivisões, os subgrupos também não são homogêneos e não há uma cultura essencializada. Nem entre todos os ciganos eles se reconhecem como uma totalidade homogênea e há uma disputa entre aqueles que se consideram os ciganos autênticos (MOONEN, 2013).

Um grande equívoco é uma supergeneralização que classifica as práticas de alguns ciganos como universais, pois não só a cultura e a língua podem ser distintas, mas também há uma diferenciação econômica.

O anticiganismo, que se expressa da violência simbólica até as políticas de extinção e expulsão dos ciganos, acontece em grande medida pelo preconceito baseado em estereótipos negativos, advindos de generalizações. Por isso, os estudos ciganos podem ter um papel importante na reformulação da imagem dos ciganos, se atuarem de forma que a visão dos pesquisadores não sobreponha a dos ciganos, na medida em que estes têm suas próprias teorias sobre a origem, autodenominações e subdivisões.

Uma historiografia baseada em posturas generalistas abre margem para reforçar os estereótipos ciganos e impor um discurso unilateral e, por isso, é importante repensar os métodos de apreensão da ciganologia. Poucos dos ciganólogos citados aqui tiveram contatos com os ciganos que não fossem esporádicos ou, em lugar de realizar a pesquisa de campo, citavam outros autores ou fontes de jornais.

Ainda que esses hiatos talvez não correspondam ao modo como a maioria dos ciganos se enxergam – o que demandaria uma análise mais cuidadosa para saber qual é essa proporção – esses hiatos existem e precisam ser considerados. Sem a pretensão de desconsiderar os estudos teóricos e historiográficos, é importante ressaltar que apesar dos

ciganos serem em sua maioria ágrafos, eles possuem um modo próprio de contar sua história, de se autodenominar e de se autosubdividir, além de ter categorias próprias para o entendimento de conceitos como “origem”.

Os estudos ciganos demandam uma presença em campo e um estudo mais cuidadoso que não se limite a repertórios clássicos exógenos. Considera-se relevante a inserção etnográfica, mesmo dos historiadores, como uma ferramenta para tencionar os modos de apreensão da historiografia cigana presentes nas bibliografias científicas, cujas abordagens têm se limitado em empregar categorias preestabelecidas, sem considerar as categorias ciganas.

Apesar de tais contradições apresentadas entre a abordagem dos estudos teóricos e dos empíricos, há trabalhos engajados em considerar as categorias ciganas, como a tese de doutorado da antropóloga Florencia Ferrari (2010) na qual apoia-se sobre várias concepções ciganas, como a noção do que entendem sobre *ser cigano*, e a dissertação de mestrado intitulada “Territorialidades ciganas na Região Metropolitana de Vitória” (ARRUDA, 2018) na qual aborda as categorias ciganas relacionadas ao modo como os ciganos empregam suas ações no espaço. Mais do que uma postura ética, considerar as categorias ciganas nas pesquisas se trata de uma forma de tencionar o nosso pensamento a partir da experimentação com o outro, ou como sugere Viveiros de Castro (1996), que ao discorrer sobre o “sujeito observado”, o antropólogo pode enunciar sobre si mesmo e sobre um mundo possível e ainda desconhecido.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Flávia Marcarine. **Territorialidades ciganas na Região Metropolitana de Vitória**. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

BASTOS, José Gabriel Pereira (Org.). **Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal**. Lisboa: Colibri, 2012.

CARVALHO, Rosângela. O Universo mágico dos ciganos. **Revista THOT**, n. 51, 1989.

COELHO, Francisco Adolfo. **Os ciganos de Portugal**: com um estudo sobre o calão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS. **Seminário regional sobre la situación del Pueblo Rom en las Américas**, 2016.

COURTHIADE, Marcel. Kannau3 on the Ganges, cradle of the Rromani people. In: KENRICK, Donald. **Gypsies: from the Ganges to the Thames**. University of Hertfordshire Press, 2004, pp. 105-124.

DURANTE, Daniela Simiqueli. **Ciganos nas terras do Espírito Santo: representações sócio-políticas (1870-1936)**. Dissertação. (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ESTEVAM, Márcio Emanuel Dantas. Ciganos: Cultura e Errância. **Revista Textura**, Cruz das Almas, ano 1, n. 2, p. 75-85, nov. 2006.

FIENBORK, Gundula; MIHÓK, Brigitte; MÜLLER, Stephan. **Nunca ganhei nada na vida: Histórias de Ciganos na Europa de Leste**. Lisboa: Fenda, 1998.

FIGUEIREDO, Francisco Soares (Coronel). **Calon: História e Cultura Cigana**. 2ª edição. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2012.

FERRARI, Florencia. **O Mundo passa**. Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. 2010. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2010.

FRASER, Angus. **The Gypsies**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé: a longa viagem dos ciganos**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALDI, Alessandro. L'enigma degli zingari. Origine, migrazione e dispersione dei popoli nomadi. L'organizzazione sociale. Gli usi e le tradizioni, dalla nascita alla morte. **Rivista Etnie**, 1982.

GASPAR, Lúcia. Ciganos no Brasil. In: **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. Nômades e peregrinos: o passado como elemento identitário entre os ciganos calons na cidade de Sousa-PB. **Cadernos de campo**. São Paulo, n. 19, p. 165-172. 2010.

GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. **O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HANCOCK, Ian. The Hungarian student Vályi István and the Indian connection of Romani. **The Romani Archives and Documentation Center**, University of Texas at Austin (www.radoc.net), 1992.

_____. The Origins and Westward Migration of the Romani People. **Occasional Paper of the International Romani Archives**, n. 5, p. 675, 1999.

HENRICK, Donald. **Os ciganos sob o domínio da suástica**. Lisboa: Secretariado Entreculturas, 1998.

_____. **Gypsies: from the Ganges to the Thames**. Univ of Hertfordshire Press, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In: **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIÉGEOIS, Jean Pierre. **Los gitanos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

MARUSHIAKOVA, Elena; POPOV, Vesselin. The Romanies in the Balkans during the Ottoman Empire. **Roma**, v. 47, p. 63-72, 1997.

MEDEIROS, Jéssica Cunha de; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Nomadismo e Diáspora: sugestões para se estudar os ciganos. **Revista Antropológicas**, Ano 19, 26 (1), p. 201-230, 2015.

MOONEN, Frans. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba: 1993-2011**. Recife: 2011.

_____. **Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: 2013.

MORAES FILHO, Mello. **Os Ciganos no Brazil: contribuição ethnográfica**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886.

OKELY, Judith. **The traveller-gypsies**. Cambridge: University Press, 1983.

OLIVEIRA, Anna Clara Viana de. **A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas**. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PINTO, Ana Kátia Pereira. **Pintando borboletas: processos educativos dos alunos ciganos**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

SALO, Matt T. et al. **100 Years of Gypsy Studies: Papers from the 10th Annual Meeting of the Gypsy Lore Society, North American Chapter, March 25-27, 1988**, Wagner College, Staten Island, New York, Commemorating the Centennial of the Gypsy Lore Society. Gypsy Lore Society, 1990.

SILVA, Valeria Sanchez. **Devir cigano: O encontro cigano-não cigano (rom-gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Ciganos no Brasil: uma breve história**. 2ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

VEKERDI, Jozsef. The Gypsies and the Gypsy problem in Hungary. **Hungarian Studies Review**, v. 15, n. 2, p. 13-26, 1988.

Recebido em: 27/04/2018.

Aceito para publicação em: 28/11/2018